



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 172/2019

PROJETO DE LEI Nº 1.039/2019

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: ELTON BARALDI

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 1.039/2019 de lavra do Executivo Municipal, o qual autoriza, em linhas sintéticas, o Executivo Municipal a ceder o lote que menciona, para a entidade que especifica e dá outras providências cessão de uso.

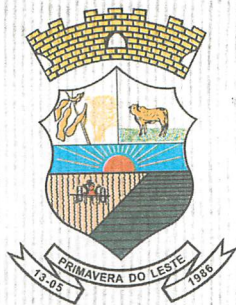
Em suma, trata-se de cessão de uso de **bem público, denominado lote de terreno sob nº 01 (um) da quadra 49 (quarenta e nove), localizado na Rua Tapiá, no loteamento Vertente das Águas, de propriedade do município de Primavera do Leste em favor do CENTRO SOCIAL JUVENIL DOM BOSCO E CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOM BOSCO.**

Junto com o corpo da proposição vieram os documentos tais como matrículas e croqui da área mencionada, bem como a justificativa. Mais adiante, vislumbra o parecer jurídico opinando favoravelmente.

Verifica-se ainda, parecer temático lotado, categoricamente lançado pela **Comissão de Justiça e Redação**, que concluiu pela Constitucionalidade e Viabilidade do Projeto de Lei em questão, vindo os autos à este colegiado temático para análise e parecer, consoante disposições regimentais.

É o resumo do essencial.

www.primaveradoleste.mt.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE - MT	
FL. Nº 028	RUB. 8

II - ANÁLISE

Antes de tudo, é interessante tonificar que, consoante ordenamento regimental, a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento deverá moldar seu parecer estritamente quanto ao **aspecto financeiro e orçamentário dos processos legislativos** que correm pelo sistema legislativo, consoante dispõe dicção do art. 43 do RICM, *in verbis*:

Art. 43. Compete a Comissão de Economia e Finanças e Orçamento, emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

I - Proposta orçamentária;

II - Prestação de contas do Prefeito após o parecer do Tribunal de contas do Estado, concluindo por projeto de Decreto Legislativo, respectivamente;

III - Proposição referente à matéria tributaria, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - Proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo ou subsidio e a Verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores quanto for o caso;

V - As que, direta ou indiretamente, represente mutação patrimonial do município. (destaquei)

Desta sorte, estando perfeitamente enquadrada a matéria em exame na competência deste colegiado temático, necessário se faz a presente ingerência técnica para o fiel cumprimento dos dispositivos regimentais e lisura do processo legislativo.

www.primaveradoleste.mt.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE-MT	
FL. Nº	RUB
030	2

Sobre o cerne da questão, é interessante emergir que a cessão de bens públicos imóveis é regulada por leis esparsas e em especial a Lei 8666/1993, que a permite se cumpridas algumas formalidades, dentre as quais: interesse público devidamente justificado, avaliação, autorização legislativa, licitação na modalidade concorrência e doação modal (com encargos ou obrigações) e condicional resolutive (com cláusula de reversão).

Contudo, a Lei dispensa a formalidade da licitação para a cessão que envolvam interesse social. Logo, qualquer cessão de bem público pressupõe interesse público, a regra legal impõe à Administração que verifique se a cessão consiste na melhor opção.

Nesse caso, não caberá a licitação. Assim, por exemplo, uma entidade assistencial poderá receber a cessão de bens gravada com determinados encargos. O instrumento de cessão deverá definir o encargo, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão para o patrimônio público do bem doado em caso de descumprimento. A regra aplica-se tanto aos casos de dispensa de licitação como aqueles em que a licitação ocorrer.

Assim, após o estudo dos dispositivos legais em destaque, em comparação com a proposta legislativa em análise, tem-se satisfeitos os requisitos necessários ao bom andamento do processo legislativo em tela, notadamente porque apresentada todas as documentações correlatas.

Somado a tais apontamentos, sobrelevando em consideração o parecer jurídico e a análise temática da Comissão de Justiça e Redação, dos quais se extrai a lisura legal, jurídica, redacional e a pertinência do projeto de lei em análise, tenho que não há razões de ordem econômica, financeira e/ou orçamentária a macular o seu prosseguimento legislativo.

Destarte, exaro meu voto pelo provimento do Projeto de Lei em questão, sem nenhuma emenda, modificação e/ou diligência a ser investida que abranja a competência desta Comissão.

III – CONCLUSÃO

www.primaveradoleste.mt.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE-MT	
FL. Nº	RUB
031	R

Logo, a presente proposição de iniciativa do Poder Executivo Municipal **ATENDE** aos aspectos econômicos, financeiros e orçamentários ligados à administração pública, não havendo qualquer óbice que impeça a sua implementação no ordenamento legal municipal.

IV – VOTO

O Excelentíssimo Senhor Vereador (Relator) **ELTON BARALDI** (Membro): Por isso, o meu relatório e voto são **FAVORÁVEIS** e, no mérito, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto pelo soberano plenário

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2019.


Vereador **ELTON BARALDI** – Relator.

IV – VOTO

Excelentíssimo Senhor Vereador **JUAREZ FARIA BARBOSA** (Membro): Voto “**pelas conclusões do relator**”.

É como voto.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2019.


Vereador **JUAREZ FARIA BARBOSA** – (Membro).





CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE-MT	
FL. Nº 032	RUB. R

V - VOTO

Excelentíssima Senhora Vereadora **CARMEM BETTI BORGES DE OLIVEIRA** (presidente): Voto "pelas conclusões do relator".

É como voto.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2019.

Vereador **CARMEM BETTI BORGES DE OLIVEIRA** – (Presidente).